

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO PÚBLICA
MUNICIPAL NA MODALIDADE A DISTÂNCIA**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM
GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL NA MODALIDADE A DISTÂNCIA**

DOURADOS

2010

Aprovado pela Deliberação nº 78, da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação,
de 20 de maio de 2010.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO PÚBLICA
MUNICIPAL NA MODALIDADE A DISTÂNCIA



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM
GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Comissão de elaboração do projeto pedagógico:

Jose Roberto da Silva Lunas (Presidente)

Adriana Rochas Carvalho Frugulli Moreira

Eleuza Ferreira Lima

Maria da Silva Peixoto

Vera Lucia Guerra

DOURADOS

2010

ÍNDICE

1-	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	2
2-	UNIDADE PROPONENTE	2
3-	LOCAL DE REALIZAÇÃO	2
4-	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	2
5-	INSTITUIÇÕES PARCEIRAS	2
6-	ÁREA DE CONHECIMENTO	3
7-	COORDENADOR DO CURSO	3
8-	PÚBLICO ALVO	3
9-	HISTÓRICO DA UEMS	3
10-	JUSTIFICATIVA	4
11-	OBJETIVOS DO CURSO	7
12-	PERFIL DO EGRESSO	7
13-	METODOLOGIA	8
14-	SISTEMA DE AVALIAÇÃO	10
18-	MÓDULO BÁSICO: DISCIPLINAS, OBJETIVOS, EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS.....	13
	Disciplina: Estado, governo e mercado	13
	Disciplina: O Público e o Privado na Gestão Pública	14
	Disciplina: Desenvolvimento e mudanças no Estado brasileiro	16
	Disciplina: Políticas Públicas	17
	Disciplina: Planejamento Estratégico Governamental.....	19
	Disciplina: O Estado e os problemas contemporâneos.....	20
	Disciplina: Elaboração de Indicadores	20
19-	MÓDULO ESPECÍFICO: DISCIPLINAS, OBJETIVOS, EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS	21
	Disciplina: Gestão Municipal e Plano Diretor	21
	Disciplina: Gestão Tributária.....	22
	Disciplina: Gestão de Redes Públicas e Cooperação	23
	Disciplina: Gestão Democrática e Participativa.....	24
	Disciplina: Gestão Logística	26
	Disciplina: Elaboração e Avaliação de Projetos	26
	Disciplina: Processos Administrativos	27
20-	INFRAESTRUTURA.....	28

1- IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão Pública Municipal na modalidade a distância.

2- UNIDADE PROPONENTE

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

3- LOCAL DE REALIZAÇÃO

Serão utilizados, preferencialmente, 4 (quatro) pólos Universidade Aberta do Brasil (UAB) ¹, que se encontram em processo de implantação nos seguintes municípios de Mato Grosso do Sul: Bela Vista, Jardim, Eldorado e Dourados. Alguns dos pólos citados estão em fase de implantação, caso não tenham condições físicas até a data da seleção dos alunos, as vagas serão remanejadas para os pólos disponíveis.

4- PERÍODO DE REALIZAÇÃO

A duração do curso será de no mínimo 15(quinze) e no máximo 18(dezoito) meses.

5- INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

A parceria principal foi oficializada entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, com a interveniência do Ministério da Educação (MEC), por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), objetivando a implantação e a aprovação da oferta de cursos do Programa Nacional de Administração Pública de Educação Superior a Distância, no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Outras parcerias poderão e serão firmadas com organizações privadas ou públicas, especialmente, com as prefeituras municipais que sediarão os pólos de apoio presencial e com a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS), tendo em vista a existência de postos informatizados nas escolas da rede em diversos municípios do estado e com acesso a internet.

¹ Os pólos UAB são unidades físicas compostas de biblioteca, salas de aula e laboratórios de informática mantidos em parcerias entre prefeituras e governos estaduais com recursos do Ministério da Educação e cuja coordenação é exercida pela CAPES, por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB)

6- ÁREA DE CONHECIMENTO

Administração (CNPq 70807051)

7- COORDENADOR DO CURSO

O coordenador do curso, membro do quadro efetivo da UEMS, será eleito pelos seus pares por um mandato de dois anos. O coordenador deverá ministrar no mínimo uma das disciplinas do curso.

8- PÚBLICO ALVO

Portadores de diploma de curso superior que exerçam atividades em órgãos públicos ou do terceiro setor ou que tenham aspirações ao exercício de função pública.

9- HISTÓRICO DA UEMS

O interesse pela elaboração do projeto de Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão Pública Municipal decorre de uma cadeia de ações de longa maturação na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

A UEMS foi implantada efetivamente em 1994 com o interesse de interiorizar o ensino e apoiar o desenvolvimento dos municípios no entorno de suas unidades. A relação simbiótica de seus pólos avançados com as prefeituras municipais desde e sempre permitiram vislumbrar as necessidades de atuação na formação e aprimoramento das competências dos técnicos que atuam na administração pública. Paralelamente, professores pesquisadores e técnicos da UEMS começaram a procurar objetos de pesquisa associados a questões da Administração pública municipal e estadual.

Foi com a vinculação no interesse do aprimoramento da administração pública que a partir de 2002 a UEMS passou a fazer parte da rede de núcleos de gestão pública, uma iniciativa capitaneada pela Escola de Governo de Mato Grosso do Sul, com adesão de todas as instituições de ensino superior do Estado, cujo objetivo maior era a discussão dos problemas e proposição de soluções para a administração pública estadual.

Liderada pela UEMS, as IES envolvidas na rede de núcleos ofereceram o curso de pós-graduação em Gestão Pública, uma das gêneses do projeto que ora se apresenta.

O Edital da Universidade Aberta do Brasil representa uma grande oportunidade para alavancar o esforço da UEMS no avanço do ensino, da pesquisa e da extensão na Administração Pública. Vem somar a outras iniciativas paralelas que levamos a efeito como o Doutorado Interinstitucional em Economia do Desenvolvimento, realizado em parceria com a

Universidade Federal do Rio Grande do Sul(UFRGS), para capacitar professores da própria UEMS e cujas linhas de pesquisas e atuação também abrigam a questão.

Por tudo isso o esforço do grupo da grande área das Ciências Sociais Aplicadas da UEMS apóia sem reservas a iniciativa de implementação dos cursos de pós-graduação em Gestão Municipal.

10- JUSTIFICATIVA

O presente projeto pedagógico está amparado pelo EDITAL Nº 01, de 27 de abril de 2009 no âmbito do Programa Nacional de Formação em Administração Pública do sistema Universidade Aberta do Brasil, da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior–CAPES.

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, Estados-Membros e Municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Com a introdução de um Estado mais forte, porém menor, este reduz seu papel nacional-desenvolvimentista, que vigorou por meio século (ABRUCIO; COUTO, 1996; PINHO; SANTANA, 2001). Dentro da concepção neoliberal, a partir de 1990, a União passa a exercer as “verdadeiras” funções de Estado: regulação e indução.

Nesse sentido, os dois níveis governo subnacionais passam a assumir papéis complexos (antes exercido pela União), que exigem competências específicas de regulação e uma **nova gestão** de atividades essenciais, competências essas colocadas em segundo plano durante a fase desenvolvimentista. Segundo Pinho e Santana (2001), o esgotamento da capacidade de lidar com problemas complexos e extensos levou o governo central a transferir esses problemas para estados e municípios, sobretudo para os últimos, que adota o *welfarismo*² municipal.

As políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), respectivamente. Em 2007, este foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino

² De *Welfare State* – estado de bem estar social, em teoria econômica e a situação do estado providência.

médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos (ABRÚCIO; COUTO, 1996; ABRUCIO, 2005). Na realidade, até o presente momento muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior, ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública, como sugerem Kissler e Keidemann (2006).

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal (CF), há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade de Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto do lado da receita quanto do lado da despesa. Dados do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) revelam que a receita própria dos municípios está aquém do potencial de arrecadação. De fato, a Tabela 1 mostra que nem todos os municípios cobram Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) (93%) e apenas 83% tem sistema de cobrança informatizado. No que tange ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), somente 83,7% dos municípios cobram e apenas 67,9% o fazem com sistema informatizado. Na Região Nordeste a situação é preocupante: menos da metade dos municípios (47,6%) tem sistema de ISSQN informatizado. Ressalte-se que, no Brasil, essa situação é mais freqüente nos municípios com população abaixo dos 20.000 habitantes.

Tabela 1 - Municípios, total, com cadastro imobiliário, com cobrança de IPTU, Planta Genérica de Valores e cadastro para cobrança do ISS, com indicação da existência de sistema informatizado dos cadastros e da Planta Genérica de Valores, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios – 2006.

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Cadastro imobiliário		Cobrança de IPTU	Planta Genérica de Valores		Cadastro para cobrança do ISS	
		Total	Informatizado		Total	Informatizado	Total	Informatizado
Brasil	5 564	5 203	4 623	5 196	4 018	3 120	4 661	3 780
Até 5 000	1 371	1 276	1 084	1 277	904	653	1 062	797
De 5 001 a 10 000	1 290	1 175	1 016	1 180	844	624	1 024	815

De 10 001 a 20 000	1 292	1 198	1 065	1 189	923	707	1 095	862
De 20 001 a 50 000	1 033	981	899	975	812	666	919	775
De 50 001 a 100 000	311	308	296	308	278	240	300	279
De 100 001 a 500 000	231	229	227	231	221	196	225	216
Mais de 500 000	36	36	36	36	36	34	36	36

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros 2006, IBGE (2006).

Em relação a taxas, os municípios brasileiros estão longe da eficiência arrecadadora, conforme prevê a LRF. A Tabela 2 revela que taxas de coleta e de limpeza pública são cobradas em menos da metade dos municípios.

Tabela 2 – Percentual total de municípios com existência de taxas instituídas em 2006

Brasil	Total	Com existência de taxas instituídas					
		Taxa de iluminação	Taxa de coleta de lixo	Taxa de incidência	Taxa de limpeza pública	Taxa de poder de polícia	Outros tipos de taxas
	100	70,0	49,5	3,7	42,3	55,3	43,3

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros 2006 IBGE (2006).

Esses dados mostram que o Poder Público Municipal não está preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir a legislação relacionada à arrecadação. É razoável afirmar que isso se deve à carência de quadro de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa.

Nesse sentido, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais capacitados em gestão. Na União, essa tarefa já se acha mais bem desenvolvida, com a (re) estruturação e (re) valorização de diversas carreiras típicas de Estado (planejamento, fiscalização tributária, auditoria etc.). No âmbito estadual e municipal, muito trabalho ainda precisa ser feito para que esses níveis de governo possam exercer, satisfatoriamente, seus papéis constitucionais.

Para tanto, é preciso que seja dada oportunidade a cidadãos e a estados e prefeituras de todo o Brasil de se capacitarem para o exercício de uma administração pública profissional.

Assim, considerando o programa de investimento da Universidade Aberta(UAB) a UEMS observa a oportunidade de ampliar a interiorização de oferta de curso de Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão Pública Municipal na modalidade a distância em

Mato Grosso do Sul, bem como de municípios de outras unidades da federação de forma a atender as demandas existentes de profissionais envolvidos ou interessados no setor público e com dificuldades de acesso a cursos de atualização profissional.

11- OBJETIVOS DO CURSO

Objetivo Geral

O curso tem por objetivo qualificar o pessoal de nível superior, priorizando aqueles que estão no exercício de atividades em órgãos públicos ou do terceiro setor ou que tenham aspirações ao exercício de função pública, para a apropriação do conhecimento geral e específico sobre a Administração Pública.

Objetivos específicos

- Capacitar quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) sistemas públicos;
- Capacitar profissionais com formação adequada a intervirem na realidade social, política e econômica;
- Contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal;
- Contribuir para que o gestor público desenvolva visão estratégica dos negócios públicos, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo ou de suas unidades produtivas;
- Oportunizar a aprendizagem em ambientes virtuais com troca de experiências entre os participantes.

12- PERFIL DO EGRESSO

Os profissionais formados no curso de Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão Pública Municipal na modalidade a distância devem adquirir conhecimentos que lhes permitam:

- Desenvolver de uma consciência política e profissional que seja alimentada pela crítica das questões público-administrativas, pela autocrítica às suas próprias ações e pela busca constante da instrumentalização teórica, política e técnica, tendo em vista os atendimentos das necessidades governamentais;
- Propor alternativas para o desenvolvimento da região considerando os recursos existentes;
- Propor medidas para aperfeiçoar a implantação de projetos;

- Propor medidas para superar as barreiras identificadas e mitigar eventuais impactos negativos.

13- METODOLOGIA

O curso será realizado a distância com encontros virtuais síncronos e assíncronos, para cumprimento de créditos e elaboração de trabalho de conclusão de curso.

No desenvolvimento do curso, serão realizados encontros presenciais destinados a discussões temáticas com os professores das disciplinas, orientações, oficinas, avaliações de aprendizagem, apresentações de artigos científicos no trabalho de conclusão de curso.

Na educação a distância são utilizados instrumentos e objetos de aprendizagens projetados para possibilitar a melhor interação dos alunos com os professores e como consequência com os conhecimentos multidisciplinares da Tecnologia de Informação, dos professores autores e da estrutura de apoio ao aluno a formação se viabiliza com eficiência similar ao do ensino presencial. Na Educação a Distância, a linguagem escrita é a ferramenta mais utilizada para o diálogo ou interação entre educando e educadores. Assim, dentre os meios e recursos didáticos o Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão Pública Municipal na modalidade a distância, tem o objetivo de utilizar-se das seguintes tecnologias:

a) Os textos e livro-texto: Textos de apoio ao estudo, por disciplina, organizados pelos integrantes da equipe.

b) Textos complementares: No decorrer do curso serão adquiridos novos livros, conforme as sugestões dos docentes que serão disponibilizados na biblioteca dos pólos de apoio presencial. Serão indicados artigos de periódicos especializados, artigos de revistas e jornais, obras clássicas, virtuais ou não para contribuir com acervo de instrumentos para o aprofundamento dos conhecimentos e discussões.

c) Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA): Para comunicação entre os sujeitos e a disponibilização de textos complementares.

A **Internet** será nesse curso, um dos principais veículos de comunicação. Por meio do ambiente virtual de aprendizagem têm-se várias ferramentas de interação que podem ser utilizadas conforme a dinâmica de cada disciplina. Para o desenvolvimento do curso, a comunicação e troca de informações poderá ser realizada por meio do Moodle, uma plataforma de ambiente de aprendizagem à distância, desenvolvido, pela Universidade de Brasília(UNB). Nesta plataforma conta-se com ferramentas que permitem a interação via on-line, chats, além de vários recursos para a publicação e textos e exercícios para os alunos. Além desses recursos, será utilizada, para a comunicação entre professores, tutores e

alunos, apresentação de trabalhos, desenvolvimento das disciplinas a ferramenta chamada web conferência.

Os meios didáticos que darão suporte a essa metodologia serão: micro-computador, TV, vídeo, retroprojeto, CD, DVD, data show, home theater, MP3, MP4, *pendrive*, lousa branca, etc.

Os fóruns de discussão, contato assíncrono, onde serão postadas as atividades de discussão: seminários, tirar dúvidas e interação entre colegas, professores e tutores. A disponibilização de material digitalizado, proposição de atividades, sugestão de leituras que serão disponibilizadas nas ferramentas específicas. Além disso, serão utilizados os e-mails sempre que necessário.

O uso dos ambientes virtuais para divulgação e troca de informações, bem como a forma e as normas para o desenvolvimento das aulas virtuais e dos fóruns de discussões serão devidamente normatizados e planejados pelo Colegiado de Curso e divulgado junto aos alunos, no primeiro momento do curso. Enfim, esses momentos irão possibilitar ao aluno uma experiência ampliada de participação, de discussões e de reflexões interdisciplinares sobre as temáticas educacionais.

d) Encontros presenciais: Os encontros presenciais serão utilizados para apresentação de conteúdos e para atividade de avaliação.

O curso prevê que 25% (vinte e cinco por cento), da carga horária seja desenvolvida de forma presencial. Nesse percentual incluem-se, além das avaliações, encontros pedagógicos, os seminários de pesquisa e apresentação dos trabalhos de conclusão do curso.

e) Sistema de acompanhamento (tutoria): Cada grupo de 25 alunos contará com um tutor à distância, mais um tutor presencial no pólo. Desta forma serão necessários de 8 tutores a distância e 4 tutores presenciais neste projeto.

Os encontros presenciais serão realizados no início e no decorrer de cada semestre. No início do curso, servirão para oferecer visão da dinâmica do curso e da modalidade a distância. Será realizado também treinamento para uso adequado do ambiente virtual de aprendizagem. No início de cada semestre, haverá entrega dos materiais didáticos.

Os encontros durante o semestre também serão utilizados para discussões temáticas por parte dos professores das disciplinas ofertadas, orientações, oficinas, avaliações de aprendizagem, apresentação de trabalhos.

Poderão ser oferecidos “Seminários Temáticos”, que destacarem, mais acentuadamente, as atividades de pesquisa na realidade vivenciada pelo estudante. É um esforço para permitir que o aluno possa ser um dos atores efetivos, junto com o professor de conteúdo,

responsáveis pela construção do seu conhecimento em gestão pública, a partir da sua interação com a própria realidade em que vive. Se forem realizadas, as atividades do “Seminário Temático” vão culminar em seminários abertos à sociedade.

Cada disciplina tem momentos presenciais e a distância. No momento à distância, o aluno lê o Texto de Apoio, tendo que apresentar atividades de aprendizagem em que evidencia sua compreensão dos conteúdos estudados e sua aplicação no campo da Administração Pública. Nos Encontros Presenciais, que podem ocupar um dia ou um dia e meio, são realizadas as avaliações da disciplina, por meio de provas subjetivas, ou exposição de trabalhos, ou realização de oficinas.

No desenvolvimento do curso, são oferecidos aos alunos suportes administrativo, pedagógico, cognitivo, metacognitivo, motivacional, propiciando-lhe clima de auto-aprendizagem e oferecendo, assim, ensino de qualidade.

A modalidade à distância, portanto, não deve ser pensada como algo à parte da organização de ensino. É necessário que o aluno compreenda que Educação a Distância é educação permanente, contínua e que, dadas suas características, se faz imprescindível a organização de um sistema que ofereça ao aluno as condições para que o mesmo efetue sua formação profissional.

14- SISTEMA DE AVALIACAO

Nos encontros presenciais serão realizadas as avaliações das disciplinas por meio de provas subjetivas, exposição de trabalhos ou realização de oficinas.

Cada disciplina terá um valor expresso em créditos correspondendo cada credito a 15 horas aula. Os créditos relativos a cada disciplina somente serão conferidos ao aluno que tiver a o conceito mínimo “C”, de acordo com a escala:

Nota			Conceito	
9,0	A	10,0	A	Excelente
8,0	A	8,9	B	Bom
7,0	A	7,9	C	Regular
0	A	6,9	D	Insuficiente

A reprovação em até duas disciplinas não excluirá o aluno do Curso, desde que o mesmo refaça o percurso com atividades substitutivas (provas, trabalhos escritos e outras atividades a serem definidas pelo professor da disciplina juntamente como Coordenador do Curso).

O aluno reprovado em qualquer disciplina do curso ficara impedido de apresentar o trabalho de conclusão do curso.

15- TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão do Curso será desenvolvido por meio de atividade de pesquisa na área da Gestão Pública Municipal e será realizado pelos alunos na modalidade de Artigo Científico, atividade que exigirá domínio do tema escolhido, tratamento científico adequado e acompanhamento de um dos tutores a distância ou de colaboradores do curso a ser definido pelo Colegiado do Curso. O artigo científico poderá ser desenvolvido por um ou dois alunos e, ambos, deverão apresentá-lo à uma banca examinadora em audiência pública presencial.

16- CRITERIOS PARA OBTENCAO DE CERTIFICADO

Para obter o certificado de especialista, o aluno deverá atender às seguintes exigências obrigatórias previstas no regulamento do curso, completar, com aprovação, o número de créditos previstos, segundo as normas vigentes e ser aprovado na avaliação do trabalho de conclusão de curso e não possuir débitos com a biblioteca e demais órgãos da UEMS.

17- MATRIZ CURRICULAR E CARGA HORARIA DAS DISCIPLINAS

O curso terá carga horária de 420 horas, correspondentes a 28 créditos. A estrutura curricular será composta por disciplinas distribuídas em modulo básico e específico. Tanto o modulo básico quanto o específico e composto por 7(sete) disciplinas de 30 horas cada.

Tabela 3 – Matriz curricular do curso

	ORDEM	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITO
Módulo Básico	01	Estado, Governo e Mercado	30	02
	02	O Público e o Privado na Gestão Pública	30	02
	03	Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro	30	02
	04	Políticas Públicas	30	02
	05	Planejamento Estratégico Governamental	30	02
	06	O Estado e os Problemas Contemporâneos	30	02
	07	Elaboração de Indicadores	30	02
		Total da carga horária e créditos	210	14
Módulo	01	Gestão Municipal e Plano Diretor Municipal	30	02

Específico	02	Gestão Tributária	30	02
	03	Gestão de Redes Públicas e Cooperação	30	02
	04	Gestão Democrática e Participativa	30	02
	05	Gestão Logística	30	02
	06	Elaboração e Avaliação de Projetos	30	02
	07	Processos Administrativos	30	02
		Total da carga horária e créditos	210	14
		Total Geral da carga horária e créditos	420	28

Princípios Norteadores do Curso

Os princípios que irão nortear o presente curso seguem a práxis orientadora de uma educação articulada com a realidade de seus alunos e com as necessidades emanadas das rápidas mudanças da sociedade:

- Articulação teoria/prática
- Conhecimento contextualizado
- Democracia
- Diálogo/Debate profícuo entre os saberes
- Expansão e disseminação do conhecimento
- Flexibilização curricular
- Pesquisa interdisciplinar
- Solidariedade social
- Transformação social

O curso não pode deixar de seguir em paralelo aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, eficiência, publicidade, moralidade e razoabilidade administração pública. Todos estes princípios deverão difundidos de forma transversal na execução das disciplinas e da conduta ética de seu corpo docente e discente.

Linhas de pesquisa

- Gestão e qualidade dos serviços públicos.
- Economia do setor público.

Organização curricular

A matriz curricular do curso foi organizada da seguinte forma: disciplinas básicas (fundamentos), seminários e disciplinas específicas, para auxiliar no processo de desenvolvimento da pesquisa e elaboração do artigo científico.

Os Seminários de Pesquisa

Os seminários de pesquisa estão presentes como componentes curriculares desde a fase inicial do curso, com a função de fazer a articulação entre as demais disciplinas do curso, cujo oferecimento será realizado na modalidade presencial. Ainda, é importante destacar que a concepção e a forma de desenvolvimento dos Seminários de Pesquisa visam oportunizar ao aluno momentos de integração em que poderão apresentar e discutir seu projeto de pesquisa, oferecer e receber contribuições para o aprimoramento do processo de elaboração do trabalho de conclusão do curso na forma de artigo científico. Serão incentivadas buscas de temas nucleadores de interesse regional que incentivem a integração e multidisciplinaridade.

18- MÓDULO BÁSICO: DISCIPLINAS, OBJETIVOS, EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS

Disciplina: Estado, Governo e Mercado

Carga horária total: 30 h/a

Objetivos

Enfocar as complexas relações entre Estado, governo e mercado nas sociedades capitalistas contemporâneas. Partindo das duas matrizes teóricas que explicam as relações entre Estado e sociedade no sistema capitalista – a liberal e a marxista – a disciplina analisa criticamente as diversas interpretações concorrentes e/ou sucessivas sobre as sempre tensas e dinâmicas relações entre Estado, governo e mercado.

Ementa

Fundamentos e lógicas que orientam a ação dos agentes envolvidos (*stakeholders*); - Relações entre Estado, governo e mercado na sociedade contemporânea, segundo as principais concepções e teorias: marxistas (Przworsky, 1995) e liberais (Sartori, 1997). Desafios teóricos e políticos colocados aos analistas e atores políticos pelas mudanças

produzidas sob o capitalismo contemporâneo (Bobbio, 1983; Guiddens, 1996; Anderson, 1996).

Bibliografia

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir (org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 9-23.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

BOBBIO, Norberto. **Qual socialismo?** São Paulo: Paz e Terra, 1983. “Quais as alternativas à democracia representativa?”, p. 55-74.

GUIDDENS, Anthony. **Para além de esquerda e direita**. São Paulo: UNESP, 1996. Introdução p. 9 -30.

HAM, Cristopher; HILL, Michael. **O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno**. Campinas, 1996. (tradução para o português de The policy process in the modern capitalist state. Londres, 1993, sob a responsabilidade de Renato Dagnino para uso exclusivo dos alunos do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp). Capítulos 2 e 3 (p. 39-91).

O'DONNELL, G. Anotações para uma teoria do Estado. In: **Revista de Cultura e Política**, nº4, 1981.

OSZLAK, O. Estado y sociedad: ¿nuevas reglas de juego? Reforma Y Democracia: **Revista del CLAD**. N.9 (Oct. 1997), p. 7-61.

PRZWORSKY, Adam. **Estado e economia no capitalismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. Parte 3, “O governo do capital” - p. 87-115.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Ática, 1997. Cap. 6, “A democracia vertical”, p.181-245.

Disciplina: O Público e o Privado na Gestão Pública

Carga horária total: 30 h/a

Objetivos

Delimitar com clareza para o aluno as diferenças entre a esfera privada, que é âmbito de atuação por excelência do administrador de empresas, e a esfera pública, na qual se situa a Administração pública e age o gestor público

Ementa

A dicotomia público-privada. A primazia do público sobre o privado. As fronteiras entre o público e o privado. As prerrogativas do Estado sobre os agentes privados. Os direitos do

cidadão e os deveres do estado. Interesses privados e interesses coletivos. Instituição e organização. Organizações públicas e organizações privadas. O servidor como agente da ação do Estado. Os diferentes agentes públicos e as suas formas de investidura. As prerrogativas do estado e as garantias do servidor. Regime estatutário e regime contratual. Vínculo estatutário e vínculo empregatício. Cargo público e emprego no setor privado. A ética profissional do servidor público. Os princípios norteadores do serviço público – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Poderes e deveres do administrador público. Dever de agir, dever de eficiência, dever de probidade, dever de prestar contas. Poder disciplinar, poder de polícia, poder discricionário. As diversas organizações do terceiro setor e suas especificidades. Globalização e neoliberalismo: desregulamentação, privatizações e abertura dos mercados de bens e de capitais. Reorientação do papel do estado: da produção à regulação de bens e serviços. A defesa do interesse público na competição globalizada: Estado e agentes econômicos privados internacionais. Novos princípios de gestão pública: planejamento participativo. Democratização do Estado. promoção da cidadania. A nova orientação estratégica de governo federal: inclusão social e redução das desigualdades. Crescimento econômico com geração de emprego e renda. promoção da cidadania e fortalecimento da democracia.

Bibliografia

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 1, “A grande dicotomia: público/privado”, p. 13-31.

CARVALHO, Iuri M. O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado: parâmetros para uma reconstrução. In: **Revista Diálogo Jurídico**, n. 16, Salvador, 2007. Disponível em: <http://www.direitopublico.com.br/pdf/PrincipiodaSupremacia_ULTIMAVERSÃO.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2009.

MEIRELLES, Helly Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 14ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

NASCIMENTO, Márcio G. O controle da administração pública no Estado de Direito. **Direitonet**, 2005. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/x/20/23/2023/>>. Acesso em: 18 jun. 2009.

PÓ, Marcos V. & ABRUCIO, Fernando L. Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e accountability das agências reguladoras brasileiras semelhanças e diferenças. In: **RAP**, nº 40 vol. 4, jul/ago 2006. p. 679-98.

Disciplina: Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro

Carga horária total: 30 h/a

Objetivo

Possibilitar ao aluno a compreender como o Estado e a sociedade foram se modificando e desenvolvendo no Brasil, a partir da Primeira República, até chegar à conformação em que se encontram atualmente.

Ementa

Desenvolvimento econômico, mudança social e centralização e descentralização político-administrativas no Brasil: Da República oligárquica à República democrática do Século XXI. - Federalismo e governo de elites na primeira República (Abrúcio, 1998, cap. 1; Bresser-Pereira, 2001). Centralização, autoritarismo e políticas sociais no período Vargas (1930-1945) (Souza, 1976, cap. IV. Santos, 1979, cap.4). Democracia e desenvolvimento sob a Segunda República (1946-1964) (Souza, 1976, cap. V; Lessa, 1983, Soares, 1973). Autoritarismo e redemocratização (Abrúcio, 1998, cap. 2; Bresser-Pereira, 2001; Santos, 1979, cap.5, Reis, 1978, Diniz, 1997).

Bibliografia

ABRUCIO, Fernando L. **Os barões da federação**: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1998. Cap. 2, "A passagem do modelo unionista-autoritário para o federalismo estadualista: a origem do novo poder dos governadores", p.59-108.

BRESSER-PEREIRA Luiz C. Do estado patrimonial ao gerencial. In: Pinheiro, Wilhelm e Sachs (Org.). **Brasil**: Um Século de transformações. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. p. 222-259.

DINIZ, E. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, E.; AZEVEDO, S. (Org.). **Reforma do Estado e democracia no Brasil**. Brasília: UnB, 1997.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Partidos políticos na Câmara dos Deputados, 1989-1994. In: **DADOS**, vol. 38, nº3, 1995.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MARTINS, Luciano. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista**. S. Paulo: Boitempo, 2003.

SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap I e II.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Sociedade e política no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

SOUZA, Maria C. C. **Estado e partidos políticos no Brasil, 1930-1964**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. Cap. IV, "Os mecanismo da centralização" p. 83-104.

Disciplina: Políticas Públicas

Carga horária total: 30 h/a

Objetivos

Capacitar o aluno a perceber as duas faces da Política Pública: a de planejamento aparentemente racional e neutro realizado pelo Estado (*policy*) e a de resultante de ações dos atores políticos visando à defesa dos seus interesses e valores (*politics*).

Ementa

A análise de políticas públicas e seus problemas. As mudanças na legislação e nas instituições de políticas sociais no Brasil. Políticas Públicas: conceitos e evolução no Brasil. Estudos das novas responsabilidades e novas posturas que os governos municipais vêm assumindo quanto às políticas pública. Estudo das experiências inovadoras que criam novas esferas públicas de negociação e de participação popular. Articulação e implementação nas dimensões locais e globais e os alcances e limites dos governos municipais. Controle e Avaliação das Políticas Públicas.

Bibliografia

ARRETCHE, Marta T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. In: **Rev. bras. Ci. Soc.**, Jun. 1999, vol.14, nº.40, p.111-141.

COTTA, Tereza Cristina. Metodologia de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. In: **Revista do Serviço Público**, nº. 2, abr-jun 1998.

COUTINHO, Luciano. Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, Vozes, 1999.

DEMO, Pedro. **Política Social, Educação e Cidadania**. Campinas: Papyrus, 1996.

DERLIEN, Hans Ulrich. Una comparación internacional en la evaluación de las políticas públicas. In: **Revista do Serviço Público**, nº. 1, jan-mar 2001.

DRAIBE, Sônia Miriam. Qualidade de Vida e Reformas Sociais: O Brasil no Cenário Latino-Americano. In: **Lua Nova**, nº. 31, 1993, p. 5-46.

DRAIBE, Sônia Miriam. Uma Nova Institucionalidade das Políticas Sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas e programas sociais. In: **São Paulo em Perspectiva**. Vol. 11, nº. 4, out-dez 1997, p. 3-15.

DUNN, William N. **Public Policy Analysis: An Introduction**. 3rd. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2004.

DYE, Thomas R. **Understanding Public Policy**. 11th.ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2005.

ELIAS, Paulo Eduardo. **Reforma ou Contra-Reforma na Proteção Social à Saúde**. Lua Nova, nº. 40/41, 1997, p.193-215.

FAGNANI, Eduardo. Política Social e Pactos Conservadores no Brasil: 1964-1992. In: **Cadernos FUNDAP** - Desafios da Gestão Pública Paulista. São Paulo: Fundap, set-dez, 1996, p. 59 –102.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. In: **Revista Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, nº. 23, jun 2001.

LAURELL, Ana Cristina. **Para um novo Estado de Bem-Estar na América Latina**. Lua Nova, nº. 45, 1998, p. 187-204.

LOBATO, Lenaura de Vasconcelos. Reforma do Estado no Setor de Saúde no Reino Unido e nos Estados Unidos. In: **Cadernos ENAP**, nº.13, 1997, p. 79-112.

MELLO, Guiomar Namó. Políticas Públicas de Educação. In: **Estudos Avançados (USP)**, vol.5, nº. 13, 1991, p. 7-47.

MENY, Ives e THOENIG, Jean-Claude. **Las Políticas Públicas**. Madrid: Ariel, 1992.
MESA LAGO, Carmelo. Desarrollo social, reforma del Estado y de la seguridad social, al umbral del siglo XXI. In: **Revista del CLAD: Reforma y Democracia**. n. 15, outubro de 1999, p 7 – 70.

MILANI, Carlos R.S. Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão versus política. In: **Sociologias**, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 180-214.

MISHRA, Ramesh. **O Estado-Providência na Sociedade Capitalista**. Portugal: Celta Editora, 1995.

NUNES, Edson. **A Gramática Política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático**. Brasília: ENAP, 1997.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Educação: Um caminhar para o mesmo lugar. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O Desmonte da Nação: Balanço do Governo FHC**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 133-152.

PATTON, Carl V.; SAWICKI, David S. **Basic Methods of Policy Analysis and Planning**. 2nd ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 1993.

RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais**. São Paulo: Cortez, 1999.

SAMPAIO Jr. Plínio de Arruda. O impasse da “formação nacional”. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. 1 “Teoria social e análise de políticas públicas”, p. 11-14, e cap. 2 “Legislação, instituições e recursos da política social brasileira”, p. 15-44.

SUBIRATS, Joan. **Análisis de políticas públicas y eficacia de la Administración**. Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas, 1994.

VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. In: **Revista de Administração Pública**, vol. 30, nº. 2, mar-abr 1996, p. 5-43.

Disciplina: Planejamento Estratégico Governamental

Carga horária total: 30 h/a

Objetivo

Levar o aluno a pensar e agir estrategicamente na esfera pública proporcionando conhecimentos de análise e metodologias de planejamento estratégico governamental.

Ementa

Introdução ao Planejamento Estratégico. Aspectos Gerais e Históricos. O Desenvolvimento Planejado. Evolução do Planejamento no Brasil. Abordagem Crítica do Modelo Brasileiro de Planejamento Governamental. Plano Plurianual.

Bibliografia

ALMEIDA Paulo R. **A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica**, 2004 (Mimeo).

CRISTO, Carlos Manuel Pedroso Neves. Prospectiva estratégica: instrumento para a construção do futuro e para a elaboração de políticas públicas. In: **Revista do Serviço Público**, Ano 54, Número 1, jan-mar 2003.

ETKIN, Jorge. **Política, Gobierno y Gerencia de las Organizaciones**. Buenos Aires, Prentice Hall, 2000.

FISCHMANN, Adalberto A. e ALMEIDA, Martinho I. R. de. **Planejamento Estratégico na Prática**. São Paulo: Atlas, 1995.

LIMA, Blanca Olias de (Coord). **La Nueva Gestión Pública**. Pearson Educación S. A. Madrid, 2001.

MATUS Carlos. Adeus **Senhor Presidente**: governantes governados, São Paulo: Fundap, 1996. p.19-70.

MATUS Carlos. **O método PES**. São Paulo: Fundap, 1995, pp.51-100.

MINTZEMBERG, Henry. **Ascensão e Queda do Planejamento Estratégico**. São Paulo, Bookman, 2004. p.183-256.

MINTZEMBERG, Henry. **Safári de Estratégia**. São Paulo: Bookman, 1999.

MINTZEMBERG, Henry; Jan Jorgensen. Uma estratégia Emergente para la Política Publica. In: **Gestión y Política Pública**, vol. IV, num. 1, México, primer semestre de 1995.

OLIVEIRA, Djalma de P. R. **Planejamento Estratégico: conceitos, metodologia, práticas**. SP: Atlas, 1988

Disciplina: O Estado e os Problemas Contemporâneos

Carga horária total: 30 h/a

Objetivo

Proporcionar elementos para a análise do contexto brasileiro atual, colocando em destaque problemas de natureza política, social e econômica.

Ementa

Problemas de cunho sócio-econômico como os relacionados à distribuição de renda e riqueza, à geração de trabalho e renda, à inclusão social, à realização de reformas, ao aumento da transparência e da participação popular. As trajetórias das políticas públicas concernentes a esses problemas, e os efeitos da inclusão da agenda neoliberal no seu processo de elaboração, serão estudadas a partir dos instrumentos usualmente empregados para analisar a conjuntura: reformas e coalizões. Problemas regionais.

Bibliografia

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São paulo: Cortez ; Brasília : UNESCO, 2001. Cap. 3, "Como reformar o estado para enfrentar os desafios sociais do século XXI?", p.69-103.

ITUASSU Arthur & ALMEIDA Rodrigo (org.) **O Brasil tem jeito?** Vol.2: Educação, saúde, justiça e segurança. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

INSTITUTO DNA BRASIL. **50 brasileiros param para pensar a vocação do país**. São Paulo: Instituto DNA Brasil, 2005.

Disciplina: Elaboração de Indicadores

Carga horária total: 30 h/a

Objetivo

Dotar os alunos de conhecimentos de natureza técnico-instrumental no âmbito da problemática da gestão estratégica, tática e operacional, com particular destaque para os elementos de recursos informacionais no contexto do desenvolvimento de sistemas de avaliação de desempenho mais eficazes.

Ementa

Avaliações – tipologias, sistemas, processos e requisitos de recursos informacionais. Indicadores – conceitos, critérios, classificações e utilização. Processo de elaboração – gestão do ciclo de vida, análise custo-benefício da produção e utilização de indicadores. Indicadores brasileiros – bases de dados.

Bibliografia

GASPARINI, Liz V. L. **Análise das inter-relações de indicadores econômicos, ambientais e sociais para o desempenho sustentável: um instrumento de monitoramento da sustentabilidade organizacional.** Florianópolis: UFSC, 2003.

JANNUZZI, Paulo. M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações.** Campinas: Alínea, 2001.

19- MÓDULO ESPECÍFICO: DISCIPLINAS, OBJETIVOS, EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS

Disciplina: Gestão Municipal e Plano Diretor

Carga horária total: 30 h/a

Objetivo

Estabelecer bases para o conhecimento processual e legal da elaboração de planos diretores municipais, permitindo-lhes compartilhar experiências e problemas relacionados à sua execução.

Ementa

Plano Diretor: Base Conceitual e Princípios. Produção do Espaço Urbano. O que é um Plano Diretor. Por que elaborar um Plano Diretor? O quadro urbano atual. O Prognóstico da omissão (o custo de não fazer). Histórico do planejamento no Brasil: expressão territorial da desigualdade. Legislação aplicável: Constituição Federal, Lei Federal 6766/79, Código Florestal, Lei Federal 9433/97 e leis estaduais relacionadas a recursos hídricos, legislação de proteção aos mananciais, Constituição Estadual, Lei Orgânica Municipal. Planejamento

participativo: construir cidades melhores e mais justas. A obrigatoriedade do Plano Diretor para os municípios (PDM). Responsabilidade do Poder Público: Poder Executivo e da Câmara Municipal. Gestão e alterações no PDM.

Bibliografia

PASCUAL, J. La estrategia de las ciudades. In: **Los planes estratégicos como instrumento:** Métodos, técnicas y buenas prácticas. Barcelona: CIDEU - Centro Iberoamericano de Desarrollo Estratégico Urbano, 1999.

REZENDE, D. A.; CASTOR, B. V. J. **Planejamento estratégico municipal:** empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas. Rio de Janeiro: Brasport, 2005.

RIBEIRO, L. C. Q.; CARDOSO, A. L. Plano diretor e a gestão democrática da cidade In: **Reforma urbana e gestão democrática:** promessas e desafios do Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco B. **Planejamento urbano e ativismos sociais.** São Paulo: UNESP, 2004, 136p. (Coleção Paradidáticos; Série sociedade, espaço e tempo).

VAINER, A.; ALBUQUERQUE, J.; GARSON, S. **Manual de elaboração:** o passo a passo da elaboração do PPA para municípios. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2005.

VILLAÇA, F. Dilemas do plano diretor. In: **O município no século XXI:** cenários e perspectivas. São Paulo: FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA - CEPAM, 1999.

WHEELAND, C. M. Citywide strategic planning: an evaluation of Rock Hill's. In: **Public Administration Review.** Vol. 53, n. 1; pg. 65-72. Washington: Jan/Feb 1993.

Disciplina: Gestão Tributária

Carga horária total: 30 h/a

Objetivo

Habilitar o aluno a analisar o sistema tributário, compreendendo sua importância para a gestão pública, estabelecendo postura crítica em relação aos diversos elementos da ação tributária.

Ementa

Tributo: conceito e espécies. O sistema tributário e os princípios constitucionais. Lei Complementar e normas de Direito Tributário. Vigência, aplicação e interpretação. Obrigação tributária. A regra matriz de incidência tributária. Lançamento tributário. Responsabilidade Tributária. Imunidade. isenção, anistia e remissão. Infrações, sanções e crimes tributários. Tributos em espécie: IPTU, ISS, ITBI, TFE, TFA, TRSD, TRSS, FISLURB, taxas de polícia diversas, contribuição de melhoria, contribuição para custeio de iluminação pública. Processo administrativo e judicial tributário. O sistema de gestão tributária do município. Sistema de tecnologia de informação e comunicação (TIC). Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Cadastramento de contribuintes. Atualização cadastral. Planejamento da ação fiscal. Emissão de autos de infração e a gestão de recursos administrativos. Acompanhamento e controle da receita própria municipal

Bibliografia

BULGARELLI, W. **Sociedades comerciais**. 9. ed., São Paulo: Atlas, 2000.

CARVALHO, Fábio Junqueira; MURGEL, Maria Isabel. **Mini Reforma Tributária: Reflexões Sobre a lei nº 10.637/2002**. São Paulo: Mandamentos, 2003.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2000.

FABRETTI, L. C. **Prática tributária da micro e pequena empresa**. São Paulo: Atlas, 2003.

HARADA, Kiyoshi. **Direito tributário municipal: sistema tributário municipal**. São Paulo: Atlas, 2005.

MEIRELLES, Ely Lopes. 1993. **Direito Municipal Brasileiro**. São Paulo, Malheiros, 2002.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Receitas Não Tributárias: Taxas e Preços Públicos**. São Paulo: Malheiros, 2003.

PAULSEN, Leandro. **Impostos: Federais, Estaduais e Municipais**. 1 ed. São Paulo: Livraria do Advogado, 2004.

TÔRRES, Heleno Taveira (Coord.). **Leis Complementares em Matéria Tributária**. São Paulo: Manole, 2003.

Disciplina: Gestão de Redes Públicas e Cooperação

Carga horária total: 30 h/a

Objetivo

Transmitir conhecimentos teóricos e instrumentos de análise da formação de redes na gestão pública, permitindo conhecer sua importância nos processos de desenvolvimento local e regional.

Ementa

Desenvolvimento regional. Conceito e organização de redes. Estrutura, funcionamento e propriedades das redes. A colaboração entre estados e prefeituras para buscar ação grupal com vistas ao desenvolvimento sustentável, à preservação ecológica, o respeito cultural e à equidade social. A transmissão do capital social (ou doenças transmissíveis) nas redes comunitárias. A estrutura ou a arquitetura mais eficiente para uma rede de organizações. Consórcios intermunicipais. Casos de redes estaduais e municipais. Alianças e parcerias. Concessões, PPPs, Consórcios.

Bibliografia

BAKER, Wayne. The network organization in theory and practice. In: NOHRIA, Nitin; ECCLES, Robert G.(ed.). **Networks and organizations: structure, form, and action**. Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, 1992, p. 397-429.

CASSIOLATO, J.E. ; LASTRES, H.M.M. (Coords.) **Arranjos produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

MEYER-STAMER, Jörg. **Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, políticas de localização e competitividade sistêmica**. Fundação Friedrich Ebert Stiftung. Policy Paper n. 28 setembro de 2001, São Paulo, 2001.

MILES, Raymond E. & SNOW, Charles C. Network organizations: new concepts for new forms. In: **California management review**. California, Vol. XXVIII, N°. 3, p. 62-73, spring 1986.

TEIXEIRA, Francisco (Org). **Gestão de Redes de Cooperação Interempresariais**. São Paulo: Casa da Qualidade, 2004.

Disciplina: Gestão Democrática e Participativa

Carga horária total: 30 h/a

Objetivo

Permitir o conhecimento e assimilação das bases para o desenvolvimento de condutas mais democráticas e participativas na gestão pública instrumentalizando o aluno nas diversas interfaces em que e possível inserir processos participativos públicos.

Ementa

O orçamento como instrumento de gestão municipal. Breve histórico do orçamento público. O orçamento na Constituição Federal: princípios orçamentários. vedações constitucionais. instrumentos de gestão orçamentária: PPA, LDO e LOA. PPA e sua função de macroplanejamento. LDO e sua função regulatória. LRF e a consolidação de vínculos entre os instrumentos de gestão. LOA e a materialização das políticas de governo. O orçamento na Lei Orgânica do Município. Despesas públicas: conceitos e classificações orçamentárias. Fundamentos filosóficos, políticos e legais da gestão democrática no município. Princípios, processos e mecanismos da gestão democrática e participativa. Relações da administração pública com os Conselhos Municipais. Relações entre gestão democrática e diferentes mecanismos e processos de participação social na gestão dos serviços municipais. Metodologias de intervenção / participação dos Conselhos Municipais, instituições e movimentos sociais no planejamento municipal. Discutir o significado da política de controle social, em articulação direta com as instâncias de participação popular: Conselhos Estaduais de Saúde e Conselhos Municipais com Conselhos Populares, bem como visualizar os instrumentos de controle ditos oficiais: Tribunal de Contas e Ministério Público, detalhando seus papéis e definindo estratégias de atuação da gestão das políticas públicas de estado, para, conseqüentemente, estabelecer uma melhoria da prática e do exercício do controle social.

Bibliografia

BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e des-consolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. In: **São Paulo em Perspectiva**, 2001, vol.15, n. 4.

Cartilha do Orçamento – ENAP.

Giacomoni, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 2005.

DINIZ, E. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, E. AZEVEDO, S. (Org.). In: **Reforma do Estado e democracia no Brasil**. Brasília: Ed. da UnB, 1997.

GOULART, Jefferson O. Orçamento participativo e gestão democrática no poder local. In: **Revista de Cultura e Política**, 2006, vol., n. 69.

LAMOUNIER, B. e SOUZA, A. de. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. In: **Dados**, v.34, n.3, 1991, p.311-348.

SCHMITTER, P. Dangers and dilemmas of democracy. In: **Journal of Democracy**, v.5, n.2, 1994.

VIANA, O. **Problemas de organização e problemas de decisão**: o povo e o governo. Rio de Janeiro: Record Cultural, 1974.

Lei Orgânica do Município – dispositivos sobre tributação e orçamento.

Disciplina: Gestão Logística

Carga horária total: 30 h/a

Objetivo

Possibilitar ao aluno a compreender como o Estado e a sociedade foram se modificando e desenvolvendo no Brasil, a partir da Primeira República, até chegar à conformação em que se encontram atualmente.

Ementa

Introdução a Logística. Caracterização das Atividades Primárias e Secundárias da Logística. Nível de Serviço Logístico. Gestão de Compras. Gestão de Estoques. Processo de Negociação com Fornecedores.

Bibliografia

ARNOLD, J. R. Tony. **Administração de materiais**. São Paulo: Atlas, 2002.

BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos**: Planejamento, organização e logística empresarial. Porto Alegre: Bookman, 2001.

BOWERSOX, D. J. CLOSS, D. J. **Logística Empresarial** – o processo de integração da cadeia de suprimento. São Paulo: Atlas, 2001.

CHRISTOPHER, Martin. **O Marketing da Logística**. São Paulo: Futura, 1999.

MARTINS, Petrônio Garcia. ALT, Paulo Renato Campos. **Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais**. São Paulo: Saraiva, 2002.

VIANA, João José. **Administração de Materiais**: um enfoque. São Paulo: Atlas, 2001.

DIAS, Marcos Aurélio P. **Administração de Materiais**. São Paulo: Atlas, 1996.

NOVAES, Antônio Galvão. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição**: Estratégia, Operação e Avaliação. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001.

Disciplina: Elaboração e Avaliação de Projetos

Carga horária total: 30 h/a

Ementa

O papel do município no desenvolvimento local. Conteúdo de um projeto. Estudo de demanda. Métodos e técnicas utilizados na avaliação econômica e social de projetos.

Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação lato sensu em Gestão Pública 26
Municipal na Modalidade a Distância

Avaliação do risco e do retorno dos projetos. Análise de custos futuros gerados pelo projeto. Tomada de decisão de investimentos. Captação de recursos. Gestão de projetos: Planejamento do projeto. Escopo do projeto. Definição de tempo e recursos. Gestão da qualidade. Gestão da equipe. Controle e avaliação. Relatório final.

Bibliografia

BUARQUE, Cristovam. **Avaliação econômica de projetos**. Rio de Janeiro: Campus, 1984.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MELNICK, Julio. **Manual de projetos de desenvolvimento econômico (Nações Unidas)**. Rio de Janeiro: Unilivros, 1981.

POMERANZ, Lenina. **Elaboração e análise de projetos**. São Paulo: Hacitec, 1985.

Disciplina: Processos Administrativos

Carga horária total: 30 h/a

Objetivo

Permitir conhecimentos de natureza técnica instrumental, no âmbito da problemática do funcionamento organizacional com particular destaque para os elementos de natureza gerencial.

Ementa

O contexto do desenvolvimento de uma governança auto-sustentável face à valorização dos ambientes externos das organizações e à necessidade de incorporação do esquema conceitual normativo – descritivo da administração. Instituições e organizações: variáveis descritivas e perfis. Planejamento: objetivos, processos decisórios, políticas, diretrizes, planos e programas. organização: divisão do trabalho. Visão funcional e visão processual. Estruturas organizacionais matriciais e em redes. Tópicos de comportamento organizacional: perspectivas meso e micro-liderança, conflitos e motivação e o processo de gestão: a gestão do desempenho, e avaliação custo-benefício.

Bibliografia

ROBBINS, Stephen P. **O Processo Administrativo**: integrando teoria e prática. São Paulo, Atlas 1981.

Bibliografia complementar

CORREA, Henrique L.; CAON, Mauro. **Gestão de Serviços**. São Paulo: Atlas, 2002.

DAFT, Richard L. **Organizações: Teorias e Projetos**. São Paulo: Pioneira Thonson Learning, 2002.

FOUNTAIN, Jane E. **Construindo um Estado Virtual**. Brasília: ENAP, 2005.

GALDSMITH, Stephen; EGGERS, William D. **Governar em Rede: O novo formato do setor público**. Brasília: ENAP, 2002.

MACHADO, Nelson. **Sistemas de informação de Custo: Diretrizes para Integração ao Orçamento Público e a Contabilidade Governamental**.

20- INFRA-ESTRUTURA

Instalações e equipamentos

A oferta de infra-estrutura e de responsabilidade da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul em parceria com as prefeituras municipais.

Os pólos dos 4(quarto) municípios onde serão oferecidos os Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão Pública Municipal na modalidade a distância (Bela Vista, Jardim, Eldorado e Dourados) possuem a infra-estrutura física e equipamentos básicos suficientes para o atendimento da demanda do referido curso, e contém: laboratório de computação, com acesso à web (banda larga), bem como de projetores multimídia, aparelhos de TV e DVD e retro-projetores, além de biblioteca.

Acervo bibliográfico

O acervo bibliográfico do curso estará disponível nos pólos UAB e sua aquisição e de responsabilidade da CAPES/UAB. Textos para leitura em meio magnético e impresso, na forma de material didático produzido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) já foram disponibilizados à coordenação de curso e serão impressos em gráficas locais com recursos do convênio com a CAPES.

21-REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÚCIO, Fernando L.; COUTO, Cláudio G. A redefinição do papel o Estado no âmbito local. In: **São Paulo em Perspectiva**, v. 10, n. 3, p. 40-47, 1996.

ABRÚCIO, Fernando L. Reforma do Estado no federalismo brasileiro: a situação das administrações públicas estaduais. In: **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 39, n. 2, p. 401-420, mar./abr. 2005.

BANCO MUNDIAL. **Brasil**: elementos de uma estratégia de cidades. *Document of the World Bank*. Relatório Nº 35749-BR. Brasília: Banco Mundial/Departamento do Brasil, novembro 2006. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTBRAZIL/Resources/Cidadesbr.pdf>>. Acesso em 12/07/2008.

BRANDIÃO, Hugo J.; PALASSI, Márcia P.; FERREIRA, Dirce N. A. **Administração Pública**. Campo Grande/MS: MEC/UAB-UFMS, 2007.

COSTA, Marisa V. Discutindo a escola básica em tempos de neoliberalismo: uma conversa introdutória. In: COSTA, Marisa V. (org.). **Escola básica na virada do século**: cultura, política e currículo. São Paulo: Cortez, 1996.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? In: **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 40, n. 3, p. 479-499, mai./jun. 2006.

PINHO, José A. G.; SANTANA, Mercejane, W. O governo municipal no Brasil: construindo uma nova agenda política na década de 90. Programa Gestão Pública e Cidadania. In: **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania**, v. 20, 2001. Disponível em: http://inovando.fgvsp.br/conteudo/documentos/cadernos_gestaopublica/CAD%2020.pdf. Acesso em: 12 jul. 2008.